

# Debate sobre exploração sexual na Ilha de Marajó reabre 'guerra cultural'

Bolsonaristas 'ressuscitam' denúncia sem comprovação feita por Damares, e governo Lula reage contra 'estigmatização' da região

**sonar**  
A ESCUTA DAS REDES

LUCAS ALEIXO  
luc.aleixo@oglobo.com.br

A viralização nas redes sociais de uma apresentação da cantora paranaense Aymêe Rocha com uma música que denuncia casos de exploração sexual de crianças na Ilha de Marajó (PA) gerou nos últimos dias uma "guerra cultural" entre parlamentares bolsonaristas e ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A performance foi usada por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para resuscitar acusações sem provas feitas pela ex-ministra e hoje senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e compartilhar desinformação sobre a região, o que gerou reação de governistas, como o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR).

Após Aymêe cantar a música "Evangelho de Bariseus", com referência ao tema, em um reality show gospel, artistas e influenciadores digitais, como Angelica, Juliette, Luisa Sonza e Rafa Kalimann, iniciaram uma mobilização nas plataformas para alertar sobre a exploração sexual de crianças na região. A apresentadora Angelica publicou, por exemplo, um vídeo, reproduzido 1,3 milhão de vezes no Instagram, em que afirma que o problema que acomete "crianças e adolescentes nas ilhas do Marajó não é apenas uma questão local, mas um problema que afeta todo o Brasil".

Em seguida, apoiadores de Bolsonaro aproveitaram a pauta para lembrar a denúncia de Damares. Em 2022, em meio à campanha presidencial, a senadora afirmou em um culto em Goiânia (GO) que crianças na Ilha de Marajó são traficadas e têm seus dentes "arrancados na hora do sexo oral". Embora a exploração sexual

de crianças e adolescentes tenha sido alvo de investigações e de uma CPI no Senado, em 2010, não há registro de casos semelhantes ao narrado pela senadora. O episódio levou o Ministério Público Federal (MPF) a ajuizar uma ação civil popular contra Damares, em que pede indenização de R\$ 5 milhões. O órgão apontou que a atitude de ter propagado fake news e causado danos sociais e morais coletivos à população do arquipélago.

Na quinta, após a apresentação de Aymêe Rocha, Damares voltou a abordar o assunto. "Espero, sinceramente, que esta música acorde nossa sociedade, acorde o Brasil. Para quem de nuncia os abusos na região não seja silenciado. O Marajó pede socorro e não é de hoje", escreveu a senadora.

**VÍDEO FORA DE CONTEXTO**  
Em meio ao debate, montagens com desinformação sobre a Ilha do Marajó também circularam nas principais plataformas. Um vídeo que mostra dezenas de crianças sendo transportadas em um carro no Urubitingá foi compartilhado como se retratasse a ilha paranaense. O deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) foi um dos que repassaram a fake news.

Já o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) publicou um vídeo, com 1,9 milhão de curtidas no Instagram, em que diz achar "excelente" a repercussão sobre o tema e relem-



Padilha em coletiva: critica a desinformação sobre o Marajó

## COMO FOI A REPERCUSSÃO

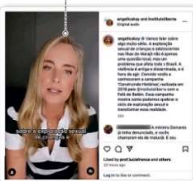
Com desinformação e disputa entre bolsonaristas e petistas, exploração sexual de crianças na Ilha do Marajó volta à pauta

### MOBILIZAÇÃO DE ARTISTAS

A apresentação da cantora Aymêe Rocha, em uma competição musical, com referências ao tema da exploração sexual infantil na Ilha do Marajó mobilizou artistas e influenciadores.



A apresentadora Angelica publicou um vídeo, reproduzido 1,3 milhão de vezes no Instagram, para divulgar um projeto de combate à exploração sexual infantil na Ilha.



### BOLSONARISTAS ELOGIAM DAMARES



A pauta foi incorporada por bolsonaristas, que embasaram acusações, sem provas, de ex-ministra Damares Alves (Republicanos-DF) sobre a existência de uma rede de exploração sexual de crianças no Marajó.

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL) publicou um vídeo, com mais de 1,9 milhão de curtidas no Instagram, em que diz achar "excelente" a repercussão do tema.

### REAÇÃO DE MINISTROS E GOVERNISTAS

O ministro Alexandre Padilha criticou acusações preconceituosas sobre a região. O Ministério dos Direitos Humanos publicou um "alerta de fake news" em que destaca ser falsa a afirmação de que o governo cancelou preletos votados no Marajó.

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL) publicou um vídeo, com mais de 1,9 milhão de curtidas no Instagram, em que diz achar "excelente" a repercussão do tema.

do programas sociais para o Marajó. Na nota, o ministério explica que o projeto Abrace o Marajó foi revogado após ser alvo de críticas e que o governo criou "Cidadania Marajó", um novo marco em políticas públicas na região. Também diz que possui compromisso de não associar imagens de vulnerabilidade socioeconômica ao contexto



Trafica. Damares no Congresso: relato sobre a ilha volta a circular nas redes

de exploração sexual. "Essa retórica, que visava apenas à estigmatização do povo marajoara, foi justamente o motivo que fez com que o programa anterior fosse descontinuado, sem nenhuma entrega ou ação concreta", diz a publicação, que foi compartilhada pelo ministro Silvano Almeida. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, comentou em uma postagem no X (antigo Twitter) casos de desinformação e defendeu que Damares "precisa ser responsabilizada o quanto antes". ONGs que atuam na região também criticaram propagandas que teriam associado Marajó à exploração sexual infantil.

"A população marajoara não normaliza violência contra crianças e adolescentes. Insiste nessa narrativa quem quer propagar e desmontar o povo marajoara. Enquanto ministra de Estado, Damares Alves não destinou os recursos milionários que por diversas vezes prometeu para a região, para fortalecer comunidades escolares", critica, em nota, o Observatório do Marajó. Já a Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (Cojovem) publicou: "Não precisamos de um olhar estigmatizado e cheio de preconceito. O Marajó é símbolo de resistência, encanto e cultura da Amazônia".

## Silveira: faxina e leitura de 'Crime e castigo' na prisão

Ex-deputado vem realizando atividades que podem reduzir o tempo de pena, mas Moraes rejeitou progressão ao regime semi-aberto

DANIEL GULLINO  
daniel.gullino@oglobo.com.br

Pouco há um ano, o ex-deputado federal Daniel Silveira vem trabalhando na cadeia e fazendo aulas para reduzir a pena. Ele atua como faxineiro no setor de manutenção concluiu seis cursos, de diferentes áreas. Recentemente, Silveira teve um pedido de progressão de regime negado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mas a defesa recorreu. Desde agosto, ele começou a trabalhar, sem remuneração,

na Ilmpeza da Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira, conhecida como Bangu 8. Na ficha disciplinar, há uma anotação de "elogio pelo bom desempenho nas atribuições que lhe foram conferidas, tendo o mesmo demonstrado zelo, presteza e disciplina".

Entre maio e dezembro, Silveira completou cursos em assistência contábil, metrologia, preparação de alimentos, Direito e Economia, assistência empresarial e lógica contábil. Segundo os registros do presídio, o ex-parlamentar também leu dois livros, mas os nomes

### PENÃO REVERTIDO

O ex-parlamentar está atrás das grades desde fevereiro de 2023, um dia após o término do seu mandato. Em 2022, ele foi condenado a oito anos e nove meses de prisão por ameaças e incitação à violência contra ministros do STF. A pena chegou a ser perduda pelo então presidente Jair Bolsonaro,



Atrás das grades. Preso há um ano, Daniel Silveira já concluiu seis cursos

mas a medida acabou anulada no ano passado pelo Supremo. Em agosto último, a defesa de Silveira solicitou que o tempo em que ele cumpriu medidas cautelares fosse abatido da pena. O pedido ficou preso preventivamente durante três períodos: entre fevereiro e março de 2021; de junho a novembro de 2021; e de fevereiro a maio de 2023.

No primeiro intervalo entre as detenções, também ficou em prisão domiciliar. No segundo, cumpriu medidas como uso de tornozeleira eletrônica e recolhimento noturno. Moraes negou o pedido porque as cautelares sejam consideradas, e irá analisar os demais pedidos posteriormente. A defesa recorreu da decisão, insistindo que a prisão domiciliar entre os cálculos.